

A construção da identidade nacional brasileira / *The construction of the brazilian national identity*

*José Luiz Fiorin**

RESUMO

A identidade nacional é construída, dialogicamente, a partir de uma autodescrição da cultura. Dois grandes princípios regem as culturas: o da exclusão e o da participação. Com base neles, elas autodescrevem-se como culturas da mistura ou da triagem. A cultura brasileira considera-se uma cultura da mistura. Este trabalho tem o objetivo de mostrar como essa autodescrição foi criada e como opera, constituindo a identidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade nacional; cultura da mistura; princípio da exclusão; dialogismo; naturalização da cultura

ABSTRACT

National identities are dialogically constructed, from an autodescription of culture. Cultures are ruled by two major principles: that of exclusion and that of participation. Based on these principles, the cultures autodescribe themselves as cultures of mixture or cultures of triage. Brazilian culture identifies itself as a culture of mixture. This paper aims to show how this autodescription was created and how it operates in the construction of the national identity.

KEY-WORDS: *National identity; Culture of mixture; Principle of exclusion; Dialogism; Naturalization of culture*

* Professor da Universidade de São Paulo – USP; jolufi@uol.com.br

*Brasil, meu Brasil brasileiro,
Meu mulato inzoneiro,
Vou cantar-te nos meus versos.
(Ary Barroso, Aquarela do Brasil)*

A identidade nacional é uma criação moderna. Começa a ser construída no século XVIII e desenvolve-se plenamente no século XIX. Antes dessa época não se pode falar em nações propriamente ditas, nem na Europa nem em outras partes do mundo. Conta-se, como aprendemos em nossos livros de História do Brasil, que D. João VI, ao deixar o Brasil, despediu-se de seu filho, dizendo: “Pedro, se o Brasil vier a separar-se de Portugal, põe a Coroa sobre tua cabeça, que hás de me respeitar, antes que algum aventureiro lance mão dela”. Observe-se que D. João, como, aliás, qualquer outro rei europeu, não tinha nenhum sentimento nacional, tinha um sentimento dinástico.

Renan mostra que uma nação é feita de “um rico legado de lembranças”, que é aceito por todos (1947, p. 903). Ela é uma herança, simbólica e material (THIESSE, 1999, p. 12). Assim, “pertencer a uma nação é ser um dos herdeiros desse patrimônio comum, reconhecê-lo, reverenciá-lo” (THIESSE, 1999, p. 12). A nacionalidade é, portanto, uma identidade. O processo de formação identitária consistiu, então, na “determinação do patrimônio de cada nação e na difusão de seu culto” (THIESSE, 1999, p. 12). O primeiro trabalho era estabelecer um patrimônio comum às diversas regiões de um país: quais seriam, por exemplo, os ancestrais comuns de fluminenses, pernambucanos, baianos, paulistas e gaúchos? Para criar, de fato, um mundo de nações não bastava fazer o inventário de sua herança; nem sempre ela existia, era preciso, pois, antes de tudo, inventá-la (THIESSE, 1999, p. 13). Era necessário buscar algo que pudesse ser “um vivo testemunho de um passado prestigioso e a representação eminente da coesão nacional” (THIESSE, 1999, p. 13). Essa é uma tarefa ampla, longa e coletiva.

A nação nasce, pois, de “um postulado e de uma invenção” (THIESSE, 1999, p. 14). Ela condensa-se numa alma nacional, que deve ser elaborada. Uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais,

como hino, bandeira, escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo (THIESSE, 1999, p. 14).

A identidade nacional é um discurso e, por isso, ela, como qualquer outro discurso, é constituída dialogicamente (BAKHTIN, 1970, p. 34-36; 1988, 86-88 e 96, 100; 1992, p. 319 e 353-358).

O Brasil representou uma das primeiras experiências bem-sucedidas de criar uma nação fora da Europa. A nação é vista como uma comunidade de destino, acima das classes, acima das regiões, acima das raças. Para isso, é preciso adquirir uma consciência de unidade, a identidade, e, ao mesmo tempo, é necessário ter consciência da diferença em relação aos outros, a alteridade. O grande outro (sem trocadilhos lacanianos, mas visto bakhtinianamente) da criação da nacionalidade brasileira é Portugal. No entanto, a constituição da nação brasileira apresenta um problema, já que a independência é proclamada por um príncipe português, herdeiro do trono de Portugal. Não houve, portanto, uma ruptura completa com a antiga metrópole. O trabalho de construção da nacionalidade começa, então, com a nacionalização do monarca. Pedro I é mostrado como alguém que renuncia a Portugal e assume a nacionalidade brasileira. Nossos livros de História repetem incessantemente o episódio do Dia do Fico, em que o Príncipe afronta as Cortes Portuguesa, para “fazer o bem de todos e a felicidade geral da Nação”. Na célebre representação da independência, produzida por Pedro Américo, D. Pedro, do alto de um cavalo, no ponto mais elevado da colina do Ipiranga, está com a espada desembainhada, apontada para o céu, gritando “Independência ou Morte”. A descrição desse fato nos manuais de História diz que D. Pedro, antes do grito inaugural de nossa nacionalidade, arrancou fora os laços portugueses. Confronte-se essa representação do episódio da Independência, cujos contornos épicos são marcados pela majestosa iconografia do Parque do Ipiranga, em São Paulo, com aquela apresentada pelo diário do Padre Belchior, confessor de D. Pedro. Na construção da identidade brasileira teria que ser levada em conta a herança portuguesa e, ao mesmo tempo, apresentar o brasileiro como alguém diferente do lusitano. É isso que explica o modelo adotado para descrever a cultura brasileira.

Com base em proposta de Zilberberg e Fontanille, feita para mostrar como os valores tomam forma e circulam no discurso, pode-se dizer que há culturas que se veem como unidade e outras, como mis-

tura, o que significa que há dois mecanismos a regê-las: o princípio de exclusão e o princípio da participação (2001, p. 27). Esses princípios criam dois grandes regimes de funcionamento cultural. O primeiro é o da exclusão, cujo operador é a triagem. Nele, quando o processo de relação entre valores atinge seu termo leva à confrontação do exclusivo e do excluído. As culturas reguladas por esse regime confrontam o puro e o impuro. O segundo regime é o da participação, cujo operador é a mistura, o que leva ao cotejo entre o igual e o desigual. A igualdade pressupõe grandezas intercambiáveis; a desigualdade implica grandezas que se opõem como superior e inferior (2001, p. 29).

Assim, há dois tipos fundamentais de cultura: as da exclusão e as da participação, ou, em outras palavras, as da triagem e as da mistura.

A cultura da triagem tem um aspecto descontínuo e tende a restringir a circulação cultural, que será pequena ou mesmo nula e, de qualquer maneira, desacelerada pela presença do exclusivo e do excluído. É uma cultura do interdito. Já a cultura da mistura apresenta um aspecto contínuo, favorecendo o “comércio” cultural. Nela, o andamento é rápido. É a cultura do permitido (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 20-30).

A triagem e a mistura variam em termos de tonicidade: átona e tônica. Há triagens mais ou menos drásticas e misturas mais ou menos homogêneas, o que daria o seguinte esquema:

	Triagem	Mistura
Tônica	unidade/nulidade	universalidade
Átona	totalidade	diversidade

(FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 33)

Cada uma dessas culturas opera com um tipo de valor diferente: as da triagem criam valores de absoluto, que são os da intensidade; as da mistura, valores de universo, que são os da extensidade. As primeiras são mais fechadas, tendendo a concentrar os valores desejáveis e a excluir os indesejáveis; as segundas são mais abertas, procurando a expansão e a participação (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 53-54).

No trabalho de constituição da nacionalidade, a literatura teve um papel fundamental. Os autores românticos, com especial destaque para Alencar, estiveram na linha de frente da construção da iden-

tidade nacional. Entre todos os livros de Alencar, o mais importante para determinar esse patrimônio identitário é, sem dúvida, *O guarani*. Nele determina-se a paisagem típica do Brasil (o espaço da eterna primavera, onde não ocorrem cataclismos naturais, como furacões, tornados, terremotos etc.), a singularidade de sua língua, mas principalmente o casal ancestral dos brasileiros. Além disso, começa-se a elaborar um modelo explicativo da singularidade da cultura brasileira, pois é essa especificidade que constituiria o Brasil como uma nação. Observe-se que se trata de uma autodescrição da cultura, que é, evidentemente, parcial. No entanto, ela é vista como uma explicação totalizante e real da cultura. Como dizia Marx, quando uma ideia se apodera da consciência das massas, ela se torna uma força material (2001, p. 53). Por isso, os modelos explicativos das autodescrições culturais exercem um papel muito importante nas diferentes formações sociais.

Começa-se, no Romantismo, a construir a noção de que cultura brasileira se assenta na mistura. O romance *O guarani*, de José de Alencar, concebe um mito de origem da nação brasileira. Peri e Cecília constituem seu casal inicial, formado por um índio que aceitara os valores cristãos (1995, p. 268-279) e por uma portuguesa que acolhera os valores da natureza do Novo Mundo (1995, p. 279-280). Essa nação teria, portanto, um caráter cultural luso-tupi. O mito de origem de nosso país opera com a união da natureza com a cultura, ou seja, dos valores americanos com os europeus. O Brasil seria, assim, a síntese do velho e do novo mundo, construída depois da destruição do edifício colonial e dos elementos perversos da natureza. Os elementos lusitanos permanecem, mas modificados pelos valores da natureza americana. A nação brasileira aparece depois de um dilúvio, em cuja descrição se juntam os mitos das duas civilizações constitutivas de nosso povo, o de Noé e o de Tamandaré (1995, p. 291-296).

O guarani mostra, além da fundação da nacionalidade, outra fundação, a da língua falada no Brasil. A identidade desse idioma é correlata à do homem brasileiro (1995, p. 116-117), cuja origem o romance descreveu. Não se trata do português tal como é falado em Portugal, mas de um português modificado pela natureza brasileira. A língua falada no novo país é um reflexo, na sintaxe e no léxico, das suavidades e asperezas da natureza da América. É uma fusão também da cultura com a natureza. Alencar não preconiza que se fale tupi, mas esse português modificado no Brasil. Com essa concepção

do povo e da língua do Brasil, ele não poderia nunca admitir que a literatura brasileira reproduzisse os cânones linguísticos portugueses. Deveria ela incorporar a variedade linguística que se falava no país então independente. A independência linguística dos padrões portugueses era tão importante quanto a independência política.

Na primeira metade do século XX, há outro movimento de construção identitária, que se assenta também sobre a mistura, pois considera a mestiçagem como o jeito de ser brasileiro. O que distingue o Brasil é a assimilação, com a conseqüente modificação, do que é significativo e importante das outras culturas. Não é sem razão que Oswald de Andrade erigiu a antropofagia como o princípio constitutivo da cultura brasileira (1990). Em *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1954), considera-se eufórica a mistura: a colonização portuguesa é vista como tolerante, aberta, suave, o que levou à mestiçagem racial, que não ocorreu nos países colonizados pelos ingleses ou pelos franceses, por exemplo. O Brasil celebra a mistura da contribuição de brancos, negros e índios na formação da nacionalidade, exaltando o enriquecimento cultural e a ausência de fronteiras de nossa cultura. De nosso ponto de vista, o misturado é completo; o puro é incompleto, é pobre. Insiste-se no fato de que se está falando de autodescrição da cultura brasileira. Há então todo um culto à mulata, representante por excelência da raça brasileira; do sincretismo religioso, sinal de tolerância; do convívio harmônico de culturas que se digladiam em outras partes do mundo, como a árabe e a judaica.

A beleza e a sensualidade da mulata, a mistura, poderia ser exemplificada com Rita Baiana (1957, p. 87), que se opõe à sensaboria da branca, a pura, que poderia ser ilustrada com Piedade de Jesus (1957, 61), ambas de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo.

Em *Dona Flor e seus dois maridos*, de Jorge Amado (1967), a personagem central poderia ser vista como a síntese da cultura brasileira: a mistura do princípio do sonho e da realidade, do prazer e do dever, da irresponsabilidade folgazona e do trabalho duro, figurativizados por Vadinho e por Teodoro.

O protótipo da habilidade política no Brasil é o político mineiro, que concilia todos os contrários. Um importante exemplar desse tipo de político era Tancredo Neves. São marcantes nesse sentido algumas anedotas a respeito dele. Quando estava buscando fundar o Partido Popular, que ele dizia que seria centrista, perguntaram-lhe o que era um partido de centro. Respondeu que nele estariam a direita da es-

querda e a esquerda da direita. Uma vez em Salvador, na campanha para a Presidência, a polícia soltou cães sobre os participantes de um comício. Num hotel, irritado, Tancredo afirmou que iria reagir duramente, mostrando ao General Figueiredo que política era uma coisa para macho. A Deputada Ruth Escobar, que estava presente, protestou imediatamente, lembrando o papel das mulheres na redemocratização do país. Tancredo disse: “Não, não estou desdenhando do papel das mulheres, macho é uma palavra *unissex*”.

Mesmo os livros que buscaram estudar o “caráter” nacional na primeira metade do século XX e que tinham certo viés pessimista continuam a adotar esse modelo explicativo, como faz, por exemplo, Paulo Prado, em *Retrato do Brasil* (1999).

Essa concepção da mistura como o jeito de ser brasileiro apodera-se das consciências das massas por meio do futebol (MELO, 2006, p. 281-285) e da música popular (VIANA, 1995). José Lins do Rego (2002) e Mário Filho (2003), inicialmente, e depois Nélson Rodrigues (1993; 1994) mostram que a mestiçagem é que dá a genialidade do futebol brasileiro. Esse esporte é um reflexo do jeito de ser brasileiro, que une eficiência e malandragem, objetividade e transgressão, Apolo e Dionísio. As ideias da “ginga” e do “jogo de cintura” aí estão presentes. Nélson Rodrigues dizia que a seleção nacional era a “pátria em chuteiras”. Essas ideias são difundidas pelos meios de comunicação de massa e pela música popular.

A concepção de que a mistura rege nossa cultura e, portanto, de que o brasileiro é simpático, acolhedor, tolerante naturaliza-se, pouco a pouco. No entanto, as coisas no interior da cultura se passam de modo diferente.

Primeiramente, é preciso notar que a mistura não é indiscriminada. Há sistemas que não são aceitos na mistura. Por exemplo, no período de construção da nacionalidade, não há a ideia da miscigenação das três raças que hoje se diz terem constituído a nação brasileira, mas somente a dos índios e brancos. Os negros estavam excluídos. Essa mistura não era desejável, pois, afinal, tratavam-se de escravos. Mais tarde surge a ideologia do branqueamento, que presidiu ao estímulo às grandes imigrações europeias, de italianos, de alemães, de espanhóis, de poloneses etc. Observa-se, em *O mulato*, de Aluísio Azevedo, que é preciso acabar com o preconceito contra o mulato, porque a mistura do negro com o branco é um melhoramento e não uma piora, como pensava a tacanha e preconceituosa

sociedade de São Luís. O melhoramento era o afastamento do negro, considerado rude, sem cultura, incivilizado, e a aproximação com o branco, modelo da sociedade brasileira; a piora era a aproximação com o negro.

O romance considera a escravidão um mal, porque era a fonte dos defeitos dos indivíduos e da sociedade brasileira. Ao contrário da elite branca da capital maranhense, que considera o mulato um quase negro, o narrador o vê como um quase branco, em quem predomina a superioridade da raça branca (AZEVEDO, 1973, p. 222). O discurso antirracista de *O mulato* não está fundado na ideia de igualdade das raças, mas na tese de que o preconceito não permite ao mulato integrar-se à sociedade, europeizar-se, deixar vir à tona sua porção branca. Como nota Jean-Yves Mérien,

o romancista aceita (...) o princípio de desigualdade das raças, mas vê na mestiçagem – e o caráter exemplar de seu personagem é a prova disto – um dos remédios contra a tara que representava a raça negra no Brasil. O mulato, símbolo do embranquecimento progressivo, é o homem que coloca o princípio necessário à evolução da sociedade brasileira em direção a uma etapa mais avançada de civilização (1988, p. 316).

Aluísio verbera o preconceito racial, porque ele impede a realização do clareamento racial, que deveria ser acompanhado de um embranquecimento cultural (MÉRIEN, 1988, p. 317). O princípio do branqueamento é que rege o incentivo à grande imigração europeia ocorrida entre 1887 e 1930.

O discurso racista da sociedade de São Luís, representada no romance, estabelece valores do universo: há, de um lado, o puro, que é o exclusivo, e, de outro, o negro ou o misturado, que é o excluído. Essas grandezas opõem-se como superior e inferior. O discurso antirracista exalta a mistura. No entanto, a mistura é vista como um processo de melhoramento, que aproxima o negro do branco. Não se celebra a mistura em si mesma, mas como uma maneira de aproximar-se da pureza do branco. Esse discurso da mescla não deixa de apresentar uma fronteira, onde se dá a triagem: dela está excluído o negro.

Ademais, as coisas no interior da cultura não são regidas sempre por um único princípio. Como diz Lotman, na diacronia, opera um

princípio de assimetria (1996, p. 59), um movimento pendular que leva, no nosso caso, do princípio de mistura ao da triagem e assim sucessivamente.

Fora dos períodos de construção identitária e mesmo na primeira metade do século XX, segundo momento de constituição da identidade nacional, a literatura brasileira nunca deixou de mostrar que, em nossa formação social, vige o princípio da exclusão. Citemos alguns exemplos. Antônio de Alcântara Machado, em *Brás, Bexiga e Barra Funda*, deixa entrever o preconceito contra o imigrante italiano e sua difícil aceitação social pelas famílias tradicionais. No conto *A sociedade* (1997, p. 41-45), por exemplo, a esposa do conselheiro José Bonifácio de Matos e Arruda não tolera sequer imaginar que a filha, Teresa Rita, venha a casar-se com um “filho de carcamano”, que é o que acaba por acontecer. Já na introdução, denominada *Artigo de fundo*, Alcântara Machado revela as dificuldades de integração dos imigrantes na sociedade brasileira:

No começo a arrogância indígena perguntou meio zangada:
Carcamano pé de chumbo
Calcanhar de frigideira
Quem te deu a confiança
De casar com brasileira? (1997, p. 20).

No conto *Polaco*, de Júlia Lopes de Almeida, publicado na obra *Histórias de nossa terra* (1926, p. 96-97), e, em *Numa e a ninfa*, de Lima Barreto (2001, p. 482), mostra-se o princípio da exclusão a operar já na denominação do imigrante polonês, que era chamado de *polaco*.

Em *Clara dos Anjos*, Lima Barreto, ao narrar a história de uma moça pobre do subúrbio, mulata, que foi iludida, seduzida e desprezada por um rapaz pertencente à burguesia, denuncia o preconceito racial e social (2001, p. 635-748). Em *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, Isaiás sente a dor do preconceito de cor e de classe (2001, p. 113-257). O princípio de exclusão social e racial é também tematizado em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (2001, p. 553-634).

O princípio de exclusão que pesava sobre a mulher já aparece na fala, que é comentada pelo narrador, de Pereira, pai da personagem principal do romance *Inocência*, de Taunay:

— Esta obrigação de casar as mulheres é o diabo!... Se não tomam estado, ficam jururus e fanadinhas...; se casam

podem cair nas mãos de algum marido malvado... E depois, as histórias!... Ih, meu Deus, mulheres numa casa, é coisa de meter medo... São redomas de vidro que tudo pode quebrar... Enfim, minha filha, enquanto solteira, honrou o nome de meus pais... O Manecão que se aguenta, quando a tiver por sua... Com gente de saia não há que fiar... Cruz! Botam famílias inteiras a perder, enquanto o demo esfrega um olho.

Esta opinião injuriosa sobre as mulheres é, em geral, corrente nos nossos sertões e traz como consequência imediata e prática, além da rigorosa clausura em que são mantidas, não só o casamento convencionado entre parentes muito chegados para filhos de menor idade, mas sobretudo os numerosos crimes cometidos, mal se suspeita da possibilidade de qualquer intriga amorosa entre pessoa da família e algum estranho (1984, p. 30).

Outros autores não denunciam o preconceito, mas revelam-no em suas obras. Sirva de exemplo o *Bom-crioulo*, de Adolfo Caminha, um dos primeiros romances brasileiros a tratar do homossexualismo masculino, em que o narrador evidencia a exclusão dos homossexuais, ao medicalizar o homoerotismo e condenar as personagens homossexuais:

Uma sensação de ventura infinita espalhava-se-lhe em todo o corpo. Começava a sentir no próprio sangue impulsos nunca experimentados, uma vontade ingênita de ceder aos caprichos do negro, de abandonar-se-lhe para o que ele quisesse – uma vaga distensão dos nervos, um prurido de passividade...

— Ande logo! murmurou apressadamente, voltando-se.

E consumou-se o delito contra a natureza (1999, p. 38).

A cultura brasileira euforizou de tal modo a mistura que passou a considerar inexistentes as camadas reais da semiose onde opera o princípio da exclusão: por exemplo, nas relações raciais, de gênero, de orientação sexual etc. A identidade autodescrita do brasileiro é sempre a que é criada pelo princípio da participação, da mistura. Daí se descreve o brasileiro como alguém aberto, acolhedor, cordial, agradável, sempre pronto a dar um “jeitinho”. Ocultam-se o preconceito, a violência que perpassa as relações cotidianas etc. Enfim, esconde-se o que opera sob o princípio da triagem.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *O guarani*. 19. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Histórias da nossa terra*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.
- AMADO, Jorge. *Dona Flor e seus dois maridos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.
- ANDRADE, Oswald de. *A utopia antropofágica: manifestos e teses*. São Paulo: Globo/Secretaria do Estado da Cultura, 1990.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 13. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1957.
- _____. *O mulato*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1973.
- BAKHTIN, Mikhail. *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. *Questões de literatura e de estética (A teoria do romance)*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom-crioulo*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- LOTMAN, Iuri M. *La semiosfera. I. Semiótica de la cultura y del texto*. Edición de Desiderio Navarro. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.
- MACHADO, Antônio de Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda*. São Paulo: Klick Editora, 1997.
- MARX, Karl. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001. p. 45-59.
- MELO, Victor Andrade de. Garrinha x Pelé: Futebol, cinema, literatura e a construção da identidade nacional. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 281-285, out.-dez. 2006.
- MÉRIEN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra*. Rio de Janeiro/Brasília: Espaço e Tempo/ Instituto Nacional do Livro, 1988.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

REGO, José Lins do. *Flamengo é puro amor: 111 crônicas escolhidas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

RENAN, Ernest. *Oeuvres complètes*. Paris: Calmann-Lévy Éditeurs, 1947. t. I.

RODRIGUES, Nélon. *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Inocência*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1984.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales. Europe XVIII^e-XX^esiècle*. Paris: Editions du Seuil, 1999.

VIANA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

Recebido em 18/02/2009

Aprovado em 03/08/2009